



Ato Ambiental

Razão Social: Ato Solução Ambiental Ltda ME
CNPJ: 07.709.134/0001-25
Rua General Izidoro, 190
17800-000 – Adamantina – SP

Ilustríssimo Senhor Superintendente do Departamento Autônomo de Água e Esgotos do Município de Araraquara (Gerência de Suprimentos, Contratos e Licitações - Unidade de Compras e Licitações).

Referência: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2020 – EDITAL Nº 084/2020 - PROCESSO DAAE Nº 6.441 DE 01/10/2020**

(Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSBORDO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, CLASSES A, B E E, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS DO EDITAL**)

A empresa **ATO SOLUÇÃO AMBIENTAL EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 07.709.134/0001-25, com sede na Rua General Izidoro nº 190, no Município e Comarca de Adamantina/SP – CEP- 17.800-000, através de seu representante legal que esta subscreve, Marcos Cesar Moraes, inscrito no CPF sob nº 069.560.008-73, vem muito respeitosamente perante Vossa Senhoria, com fundamento no item 17 (17.1 a 17.3) do Edital de Pregão Presencial nº 084/2020, para apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao Instrumento Convocatório, nos seguintes termos:

ITEM 13.5 DO EDITAL: DA RESTRICÇÃO DA COMPETITIVIDADE E DA INVIABILIDADE DE SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA O INTERESSE PÚBLICO

Ressalte-se, inicialmente, que a empresa **ATO SOLUÇÃO AMBIENTAL EIRELI** respeita a discricionariedade administrativa, mas a presente Impugnação demonstrará que a Administração, *in casu*, não escolheu a melhor forma de preservar o interesse público, pois o Edital e a Minuta do Termo de Contrato restringiram a competitividade, inviabilizando a seleção da proposta mais vantajosa para o interesse público. Senão, veja-se:

É objeto do certame licitatório: **contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de transbordo, transporte, tratamento e disposição final de**



Ato Ambiental

resíduos de serviços de saúde, classes A, B e E. Há, portanto, um objeto complexo, envolvendo vários serviços e diferentes classes de resíduos. **Constata-se que a possibilidade de uma única empresa praticar diretamente todos os serviços licitados é raríssima.**

É público e notório que no mercado de serviços objeto da licitação é muito mais comum a existência de empresas que atuam em um ou outro serviço (transporte, tratamento e disposição final de resíduos de saúde), com a possibilidade de parcerias para atender integralmente às necessidades da Administração Pública e do Setor Privado.

Desta forma, é regular que em processos licitatórios com objeto idêntico ao do presente caso, permite-se, com fundamento na Lei de Licitações e Contratos e dentro dos limites estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a subcontratação. Todavia, constou expressamente do Edital:

“13.5 – O objeto desta licitação, só poderá ser efetuado pela licitante que efetivamente se habilitou para a participação do certame, não podendo transferir esta incumbência a outras empresas, mesmo que essas empresas façam parte do grupo societário. **Também não será admitida subcontratação.**”

A Minuta do Termo de Contrato reforçou:

“3.5 – O objeto deste contrato, só poderá ser efetuado pela Contratada que efetivamente se habilitou para a participação do certame, não podendo transferir esta incumbência a outras empresas, mesmo que essas empresas façam parte do grupo societário. **Também não será admitida subcontratação.**”

E mais:

“8.4 – A Contratada não poderá transferir a terceiros as obrigações e incumbências do Contrato. **TAMBÉM NÃO SERÁ AUTORIZADA A SUBCONTRATAÇÃO NA EXECUÇÃO DO OBJETO DESSE CONTRATO.**”

Com todo respeito, não há motivos razoáveis para impedir a subcontratação (**tanto do tratamento, quanto da destinação final dos resíduos de saúde**), pois tal possibilidade, no presente caso, observadas as exigências a serem fixadas pela Administração, contribuirá



Ato Ambiental

para a competitividade do certame licitatório, permitindo a seleção de proposta mais vantajosa para o interesse público.

A Constituição Federal, Lei Maior do Estado Brasileiro, dispõe expressamente:

“Artigo 37, inciso XXI: ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

O artigo 3º da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) dispõe:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades, cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;” (grifou-se)

A subcontratação, como forma de incentivar a competitividade em casos que seja necessária, está expressamente autorizada na Lei de Licitações e Contratos Administrativos:



Ato Ambiental

“Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.”

O Egrégio Tribunal de Contas da União, em sua obra “Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU, diz que: **“Subcontratação consiste na entrega de parte de fornecimento de bem, execução de obra ou prestação de serviço a terceiro, estranho ao contrato, para que execute em nome do contratado item, etapa ou parcela do objeto avençado.”** (4. ed. Brasília: TCU, 2010)

Assim, embora a subcontratação constitua decisão de cunho técnico-administrativo, cabe à Administração Pública mensurar a sua necessidade, considerando as características do mercado em relação ao objeto licitado.

É evidente que no presente caso, em que o objeto é complexo (**contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de transbordo, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde, classes A, B e E**), **a subcontratação beneficiará o interesse público, pois promoverá maior competitividade, permitindo que um maior número de empresas possa participar do certame licitatório e, conseqüentemente, ampliará a possibilidade de escolha da proposta mais vantajosa para o interesse público.**

Apenas a título ilustrativo, seguem, em anexo, Editais com objeto licitatório análogo ao presente certame, todos permitindo a subcontratação como forma de ampliar a competitividade e assegurar a prestação dos serviços licitados com segurança e por menor preço.

Ressalte-se que a retificação do Edital permitindo, *in casu*, a subcontratação dos serviços de tratamento e de destinação final, além de ampliar a concorrência, resultará economia de tempo para a Administração, pois o Edital previu:

“9.9 – Havendo um único proponente ou tão somente uma proposta válida, o Pregoeiro poderá decidir, justificadamente, pela suspensão do Pregão, inclusive para melhor avaliação das regras editalícias, das limitações de mercado, envolvendo quaisquer outros aspectos pertinentes e o(s) próprio(s) preço(s) cotado(s), ou pela repetição do Pregão ou, ainda, dar prosseguimento ao Pregão, condicionado, em todas as hipóteses, à inexistência de prejuízos ao órgão licitante.”



Ato Ambiental

Ocorre que o Edital, como está, restringe a competitividade, apresentando enorme possibilidade de incidir na situação prevista, haja vista a realidade do mercado e a rara possibilidade de uma única empresa praticar diretamente todos os serviços licitados.

Desta forma, por todos os ângulos que se analise o objeto da licitação, fica evidente que o melhor caminho, no presente caso, considerando o objeto licitado, é permitir a subcontratação do tratamento e da destinação final, estabelecendo regras que protejam o interesse público.

ITEM 18.3 DO EDITAL: CLÁUSULA RESTRITIVA – DESNECESSIDADE – RESPONSABILIZAÇÕES JÁ PREVISTAS EM LEI E QUE DEPENDEM DO CASO CONCRETO

Por fim, com todo respeito, o Edital prevê cláusula que intimida a participação de empresas, colaborando para a restrição da competitividade, **pois erros podem acontecer**. Transcreve-se:

18.3 – A Licitante que tiver sua proposta selecionada e, caso vencedora, **não possuir os documentos necessários à sua HABILITAÇÃO**, seja ela jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista, econômica e financeira ou capacidade operacional, entenderá essa Administração que sua participação no presente certame teve por objetivo **frustrar ou fraudar o caráter competitivo da licitação**. Assim com fundamento nos artigos 90 a 93, da Lei Federal nº 8.666/93 e no artigo 299 do Código Penal, a Licitante será denunciada ao Ministério Público Estadual e seus representantes legais estão sujeitos às seguintes sanções:

- a) PENA DE DETENÇÃO DE 02 (DOIS) A 04 (QUATRO) ANOS E MULTA;
- b) PENA DE RECLUSÃO DE 01 (UM) A 03 (TRÊS) ANOS E MULTA (DECLARAÇÃO FALSA DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO);
- c) A LICITANTE FICARÁ PROIBIDA DE PARTICIPAR TEMPORARIAMENTE DE NOVAS LICITAÇÕES COM A AUTARQUIA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.



Ato Ambiental

Considerando a abrangência do Princípio da Competitividade e as responsabilizações já previstas em Lei, as quais dependem do devido processo legal, assegurados o contraditório e ampla defesa, o Edital merece ser retificado também no ponto em questão, suprimindo tal previsão.

DO REQUERIMENTO FINAL

Ante o exposto, com fundamento nas regras e Princípios que regem o processo licitatório, especialmente na ampliação da concorrência, a requerente pleiteia a retificação do Edital, com o fim de permitir a **subcontratação dos serviços de tratamento e destinação final dos resíduos de saúde licitados**, com as consequências legais.

Requer, outrossim, a supressão da cláusula 18.3, pois as punições para infrações estão previstas em Lei e dependem de processo regular, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Por fim, requer a juntada dos documentos em anexo a título de demonstração de que a permissão da subcontratação no presente caso é comum, pois amplia a competitividade, possibilitando a escolha de proposta mais vantajosa para o interesse público.

Nestes termos,
Pede e espera pelo deferimento.

Adamantina, 19 de outubro de 2020.

ATO SOLUÇÃO AMBIENTAL EIRELI

Marcos César Moraes
Represente Legal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2020
EDITAL Nº 084/2020
PROCESSO DAAE Nº 6.441 DE 01/10/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de transbordo, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde, classes A, B e E, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes nos anexos do edital.

IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Empresa: ATO SOLUÇÃO AMBIENTAL LTDA. ME
CNPJ/MF nº 07.709.134/0001-25
Rua General Izidoro nº 190
CEP: 17.8000-000 – Adamantina - SP

DECISÃO

Conheço da impugnação do edital oferecida pela empresa ATO SOLUÇÃO AMBIENTAL LTDA. ME por ser tempestiva, e no mérito dou-lhe parcial provimento para determinar a retificação do edital, conforme relatório do Pregoeiro, mantendo inalterados os demais itens e condições do Edital nº 084/2020, do Pregão Presencial nº 073/2020.

Araraquara (SP), 19 de Outubro de 2.020



Donizete Simioni
Superintendente



Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara / SP

Telefone: (16) 3324 9555 – Atendimento – 0800 770 1595

CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENTA

www.daaeararaquara.com.br



PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2020
EDITAL Nº 084/2020
PROCESSO DAAE Nº 6.441 DE 01/10/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de transbordo, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde, classes A, B e E, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes nos anexos do edital.

IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Empresa: ATO SOLUÇÃO AMBIENTAL LTDA. ME

CNPJ/MF nº 07.709.134/0001-25

Rua General Izidoro nº 190

CEP: 17.8000-000 – Adamantina - SP

DA IMPUGNAÇÃO

Em síntese, a empresa impugnante, ATO SOLUÇÃO AMBIENTAL LTDA. ME, insurge-se contra a regra do instrumento convocatório, contida em seu item 13.5, que proíbe a subcontratação dos serviços objeto da presente licitação.

Entende a empresa impugnante que a mesma restringe a competitividade do certame e inviabiliza a seleção da proposta mais vantajosa ao interesse público.

Com razão o apontamento da empresa impugnante, entendendo, pois dada a complexidade da execução dos serviços, objeto desta licitação, é razoável permitir que a licitante contratada execute o tratamento e a disposição em locais devidamente licenciados, mesmo que sejam de outra empresa. Devendo, no entanto, persistir a responsabilidade da contrata sobre a totalidade da execução dos serviços.

Assim necessária se faz a correção do edital com relação a este tópico.



Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara / SP

Telefone: (16) 3324 9555 – Atendimento – 0800 770 1595

CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0

www.daaeararaquara.com.br



Por todo o exposto, após análise da argumentação contida na impugnação oferecida pela empresa ATO SOLUÇÃO AMBIENTAL LTDA. ME, recomendo a Vossa Senhoria conhecer a impugnação por ser tempestiva e no mérito dar-lhe parcial provimento, alterando-se, conforme manifestação retro, os parágrafos, itens e condições do Edital nº 084/2020, do Pregão Presencial nº 073/2020.

Araraquara (SP), 19 de Outubro de 2020


Eduardo Corrêa Sampaio

Matrícula nº 971

Pregoeiro

